

## O DILEMA DA INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL

Simone Tonoli Oliveira Roiz\*

Inclusão ou exclusão? Um dos grandes dilemas encontrados pelos professores. Como incluir sendo que ao mesmo tempo nos deparamos com a exclusão dentro das próprias escolas? Porque ao colocar crianças com necessidades especiais dentro de salas e ambientes inadequadas, e professores despreparados, estão excluindo e não incluindo, pois, nem todas as escolas e professores estão preparados para receber estes ‘excepcionais’, um termo usado pela autora ao se referir de crianças com necessidades especiais; e, com isso, acaba só usando o termo incluir, sendo que na realidade esta inclusão não vem ocorrendo de forma adequada, como constatará. Portanto, o leitor ao ler este livro terá outra noção do que vem a ser a inclusão no Brasil.

O principal objetivo da autora ao escrever esse livro foi de apresentar, para os possíveis leitores, o que é inclusão hoje no Brasil, dizendo que: “a inclusão nada mais é do que uma forma para o governo diminuir seus gastos com a população, assim marginalizando estas pessoas ao dizer que estão sendo incluídas na sociedade”. O presente livro faz parte da “coleção temas germinais a qual todos têm como um único objetivo, germinar pensamentos, idéias, críticas, questionamentos e abrir espaço para que se possa semear um mundo novo. ”

O livro *Inclusão ou exclusão: o dilema da educação especial*, parte desta coleção, está dividido em quatro capítulos, que perfazem 98 páginas. A intenção da autora em cada capítulo é de mostrar para o leitor que as escolas, os professores e, até mesmo, a nossa sociedade não estão preparados para lidar com esta ‘nova’ concepção

---

\* Possui graduação em Pedagogia pela Fiama. Email: <roizd@yahoo.com.br

de inclusão, pois, se não temos educadores dando conta dos ditos ‘normais’, como vamos lidar com estas crianças que precisam de profissionais capacitados, para serem atendidas adequadamente? Para ela: “Tal inclusão a nosso ver é apenas uma forma do estado neoliberal livrar-se de suas responsabilidades quanto aos excepcionais que ora se encontram nos ‘guetos’ do ensino especial e trazem para o estado prejuízos quanto a manutenção das instituições responsáveis pelo excepcional” (p. 17).

No primeiro capítulo, ela discute o termo excepcional e sua historicidade, tendo por base as obras: *A educação especial brasileira*, e *A educação do deficiente auditivo no Brasil* de Bueno José Geraldo. Ela apresenta uma análise realizada por ele sobre o desenvolvimento histórico deste conceito. De acordo com ela para Bueno “o termo designa certo universo, o universo da educação especial. O uso deste termo se tornou corrente devido a uma necessidade em substituir termos considerados pejorativos, tais como: “deficiente, prejudicado, diminuído” (p. 23).

A inserção de vários tipos de deficiências nos Estados Unidos, só ocorreu a partir da década de 1930, segundo um estudo realizado por Bueno. Para ela, este não deixa de questionar sobre a inclusão dos superdotados no ensino regular; para ele ao retirar um “superdotado do ensino regular nada mais é do que a necessidade da classe dominante privilegiar a formação de seus próprios filhos”. E ainda: “Segundo Bueno quem determina se uma criança é ‘superdotada’ ou não, é a classe social em conjunto com diversas outras determinações. A escolaridade para os superdotados cumpre uma tríplice função: A de oferecer escolaridade de alto nível às crianças das camadas superiores. A de servir de acobertamento á baixa qualidade da escola regular” (p. 28).

No segundo capítulo, ela apresenta o conceito do que é a normalidade perante a sociedade. Tendo por base a obra: *A personalidade Neurótica de nosso tempo* Karen Horney: para ela: “O conceito do que é normal varia não só com a cultura, mas também, dentro da mesma cultura, e com o passar do tempo (...). O conceito de normalidade

muda, igualmente, nas diferentes classes sociais” (p. 33). Portanto a partir deste conceito, ela aprofunda um pouco mais do que é ser ‘normal’ perante a nossa sociedade capitalista, e também a partir da análise de várias interpretações.

De acordo com a autora: “nem sempre o que é considerado normal em dada formação social está de acordo com as reais potencialidades humanas. Numa sociedade capitalista, várias formas de comportamento se manifestam e são consideradas patológicas por estarem em flagrante contradição com a norma” (p. 36). O Conceito de ‘anormalidade’, também varia de acordo com a classe social de cada indivíduo. O uso do termo marginalidade, não está ligado à criminalidade, mas sim a condição do indivíduo na sociedade.

No capítulo seguinte é apresentado como o processo de inclusão e exclusão pode ser entendido, segundo ela, como um processo de subordinação da sociedade brasileira, frente aos países capitalistas desenvolvidos. Porque, a inserção destas crianças nas escolas regulares foi imposta de cima para baixo, já que a comunidade de um modo geral não teve participação direta ao ser implantado o sistema de inclusão nas escolas de ensino regular. De acordo com a autora existe um grupo que “Crêem que o sucesso de tal inclusão se deve ao engajamento do professor no processo de ensino aprendizagem”, porém, este grupo esquece que para que haja sucesso na aprendizagem destes alunos, precisa-se de professores capacitados.

De acordo com a autora este grupo tem como uma das suas principais representante Maria Tereza Eglér Mantoan, que “propõe uma metodologia única, tanto para os alunos ‘normais’ quanto para os alunos ‘excepcionais’, mas se considerarmos uma metodologia única de ensino para todos os alunos ofusca o problema da diferença na educação”, diz a autora. Segundo ela, Mantoan esquece a realidade social em que cada indivíduo pertence. Porém, a meu ver o método proposto por ela causaria um grande conflito no ensino-aprendizagem destas crianças, não só dos excepcionais, mas

de todas elas, pelo simples fato de não termos professores preparados para atender estas crianças. Portanto, é necessário, levar em consideração a necessidade de cada aluno.

No ultimo capitulo ela fala do comportamento do ‘deficiente mental’ e ‘ rotulado’ tendo Por base as obras: *Ideologia e doença mental, o mito da doença da doença mental de Thomas szasz*. “o doente mental, está ligado com questão do comportamento do individuo, ou seja, tanto no que ele faz quanto no que ele diz” (p.77). Segundo a autora: “de acordo com ela há indivíduos que são rotulados de deficiente mentais, é preciso descobrir quais são seus reais problemas, ou seja, se são psíquicos ou fisicos, isto é, se o preconceito em relação a eles é provocado por sua aparência” (p. 84). Porque nem todos que apresentam um determinado comportamento podem ser considerados deficiente mental. De modo que ela chega a seguinte conclusão: “nossa sociedade cria uma ideologia preconceituosa que prejudica a adaptação de determinados indivíduos em seu interior , principalmente os chamados ‘deficientes’.Os próprios termos normalidade e excepcionalidade são produtos desta ideologia elementos que reforçam a dificuldade de adaptação” (p. 87). Porém, cabe a cada um de nos diferenciarmos o “rotulado” do real ‘deficiente mental’. Então podemos perguntar a nos mesmos qual finalidade e intenção deste método de inclusão inserido de cima para baixo em nossa sociedade, onde o governo ao inserir este método não obteve opinião das comunidades, em especial destas que estão sendo inclusas no ensino regular.Assim, o livro permite ao leitor avaliar os atuais processos de inclusão social, imposto pelo governo nas escolas públicas do país.

### **Referência**

PEIXOTO, Maria Angélica. *Inclusão ou exclusão: o dilema da educação especial*. Goiás: Edições Germinal, 2002, 98p.